

PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS, SABERES E MODOS DE VIDA LOCAIS

ENVIRONMENTAL EDUCATIONAL PRACTICES, KNOWLEDGE AND LOCAL WAYS OF LIFE

Maria das Graças da Silva
Universidade do Estado do Pará

Resumo

Os saberes que orientam as práticas sociais cotidianas de comunidades tradicionais, numa realidade marcada pela precariedade social, econômica e política, têm garantido o manejo sustentável de recursos territorializados. O presente trabalho visa o conhecimento, a compreensão dos saberes e práticas que orientam a organização social e os modos de vida de grupos sociais que moram na comunidade do Livramento, e das formas de relações que estabelecem com os recursos da floresta. Utilizou-se como procedimento metodológico a realização de um diagnóstico socioambiental, oficinas de trabalho e debates acerca de temáticas específicas. Os resultados revelam que mesmo enfrentando problemáticas socioambientais de infra-estrutura como a inexistência de saneamento básico e de água tratada para consumo diário, sistema público educacional e acesso ao atendimento de saúde precários e insuficientes e/ou inexistência assistência técnica, entre outras dificuldades, necessária à melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais, ainda assim, suas práticas de trabalho e organização social são orientadas por preocupações de conservação da biosociodiversidade local.

Palavras-Chave: Práticas Educativas. Campo Ambiental. Saberes Locais. Modos de Vida. Comunidades Ribeirinhas

Abstract

The knowledge that guide daily social practices of traditional communities, in a reality marked by social, economic and political precariousness, have guaranteed the sustainable handling of environmental resources. The present work aims at the knowledge, the understanding of knowledge and practices which guide the social organization and the ways of life of social groups that live at the Livramento community, as well as of the forms of relationships they establish with forest resources. One used as methodological procedure the accomplishment of a environmental social diagnosis, thematic workshops and debates concerning specific subject matters. The results disclose that even facing environmental social problematic of infrastructure, as the inexistence of basic sanitation and treated water for daily consumption, educational public system and access to the precarious and insufficient attendance of health and/or inexistence of technique assistance, among other difficulties, necessary to the improvement of the life quality and the environment conditions, their practical works and social organization are still guided by concerns of conservation of the local biodiversity and social diversity.

Keywords: Educational Practices. Environmental Field. Local knowledge. Ways of life. Along- river communities.

Introdução

Os ambientes de comunidades ribeirinhas, na maioria das vezes, estão marcados pela precariedade social, econômica e política, ainda assim, os saberes que orientam suas práticas sociais cotidianas têm garantido o manejo sustentável de recursos territorializados. Buscou por meio de uma investigação científica conhecer e examinar os saberes e práticas que orientam cotidianamente a organização social e os modos de vida de grupos sociais que fazem parte do universo antropológico das chamadas “populações tradicionais”, e que tem nas diferentes formas de relações com os recursos do rio e da floresta uma fonte determinante de sua reprodução material e cultural.

O rio e a floresta aparecem como condição e meio dessa reprodução expressando, uma prática socioambiental. Assumem o sentido de reprodução humana, dão concretude à vida local. A idéia de reprodução está associada às condições materiais que dão sustentação às suas manifestações culturais construídas historicamente, por meio de formas de saberes que são transmitidos de gerações em gerações. Desse modo, envolve relações que estão para além da esfera específica do mundo do trabalho, porém, sem deixar de incorporá-la; elas estão contidas nas suas habitações, formas de lazer, necessidades e desejos presentes na dinâmica dos seus modos de vida cotidiano.

O cotidiano entendido aqui “não como espaço de realização de atividades repetitivas, mas também como um lugar de inovação” (PAIS, 2002, p.82). Nesse espaço de vivência buscou-se revelar os saberes inscritos nas suas práticas ambientais, subsumidos na aparente trivialidade da rotina, ou no dizer de Lefebvre (1980, 91) “alcançar o extraordinário no ordinário”.

No processo de constituição de seus territórios o tempo da vida está expresso em um tempo e um espaço que refletem as formas de apropriação e uso dos recursos e produtos do rio e da floresta. Como o processo de repro-

dução da vida material e cultural se dá pelos modos de apropriação desses recursos e/ou produtos, a realização desta pesquisa resulta de necessidade de compreender e interpretar os saberes culturais que orientam as práticas de manejo e uso dos recursos naturais da floresta, de grupos sociais que vivem em espaços construídos às margens do rio Capim¹.

Trata-se de comunidades ribeirinhas cuja realidade cultural é marcada pela precariedade social, econômica e política, reflexo de um modelo econômico, que na região Amazônia, em particular, negligenciou as peculiaridades regionais e as singularidades locais. A compreensão das formas como essas comunidades estruturam suas práticas sociais, estabelecem relações com os recursos da floresta e se organizam socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saber constituído e saberes práticos e identificar outras possibilidades de relação sociedade natureza a partir da contextualização da cultura local.

Tem como pressuposto que o saber cotidiano desses sujeitos além de orientar as suas práticas socioambientais, permite resolver problemas práticos e imediatos, como manejar os recursos da floresta de forma sustentável, garantindo de maneira sistemática a sua reprodução social e cultural e de seu grupo familiar. E ainda que de forma incipiente, orienta a construção de postura de resistência, por meio de organizações sociais mais coesas.

Grande parte dessas comunidades locais revela no seu interior a problemática sócio-ambiental, com a qual a Amazônia tem enfrentado ao longo do processo de urbanização de cidades que não possuem infra-estrutura compatível

¹ Trabalho incorpora resultados da Pesquisa **Educação ambiental: processo de inclusão de saberes diversos para o manejo dos recursos naturais**, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Educação e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Pará (UEPA), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Pará, financiamento do CNPq.

com crescimento demográfico local. A inexistência de saneamento básico, a falta de água tratada para consumo diário, sistema público educacional problemático, acesso ao atendimento de saúde precário e insuficiente assistência técnica ao pequeno trabalhador rural, entre outras dificuldades, demonstram a realidade com que as comunidades selecionadas vivem cotidianamente.

Essa realidade socioeconômica e cultural precária, resultante de questões estruturais da região amazônica, evidencia-se quando se associa às condições de vida a questão ambiental, um dos condicionantes de alteração do modo de vida e da cultura das populações ribeirinhas cuja centralidade de suas atividades econômicas está pautada na pesca, na caça, no extrativismo do açaí e na agricultura familiar.

O presente trabalho consiste de uma análise acerca do modo de vida e cultura da comunidade Nossa Senhora do Livramento e seus respectivos Núcleos às margens do rio Capim, identificando saberes que são incorporados nas suas práticas de manejos e de que forma eles têm garantido a sustentabilidade de suas práticas sociais cotidianas. Trata-se de um debate que tem desafiado o saber acadêmico, e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de auto-reflexão da práxis que esses atores sociais locais empreendem.

A área de execução da pesquisa está localizada no município de São Domingos do Capim/PA que possui 1.691,3 Km² de extensão, situa-se na parte leste do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste paraense. A comunidade Nossa Senhora do Livramento, e seus respectivos Núcleos está na parte Noroeste do município, cujas condições de vida e de trabalho centram na pequena agricultura familiar, no extrativismo do açaí e na coleta de sementes, raízes e ervas, ou seja, da extração dos produtos produzidos pela floresta, embora a relação com o rio seja muito forte.

Como procedimentos metodológicos, além das reuniões mensais com

as comunidades foi realizado um diagnóstico socioambiental por meio da aplicação de um formulário com perguntas abertas e fechadas, um encontro para apresentação dos resultados do diagnóstico, palestras sobre segurança alimentar, aproveitamento de outros recursos das florestas por meio da realização de oficinas de trabalho.

A pesquisa de campo, realizada em seis diferentes momentos, possibilitou a equipe defrontar-se com a realidade socioambiental e cultural das comunidades, e ter acesso aos saberes produzidos por esses grupos locais em seu cotidiano, vinculados às práticas religiosas, culturais e econômicas, marcantes na vida social na comunidade, que puderam ser observados em missas e celebrações litúrgicas católicas, em atividades produtivas e nas tradições orais.

Os resultados, alguns incluídos neste texto, revelam que mesmo enfrentando problemáticas socioambientais de infra-estrutura como a inexistência de saneamento básico e de água tratada para consumo diário, sistema público educacional e acesso ao atendimento de saúde precários e insuficientes e/ou inexistência assistência técnica, entre outras dificuldades, necessária à melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais, ainda assim, suas práticas de trabalho e organização social são orientadas por preocupações com a biosociodiversidade local.

Populações Tradicionais: modos de vida e formas de organização social

Na perspectiva de compreensão dos saberes que orientam as práticas socioambientais e de manejo dos ecossistemas das comunidades locais e possíveis mudanças ocorridas em suas realidades, ao longo do tempo, tornou-se necessário definir algumas noções e conceitos que servissem como eixo teórico para o entendimento do que sejam as populações tradicionais, observando seus saberes, suas práticas, modos de vida, formas de organização social e relações de produção, os campos

onde elas se movimentam seja por meio das práticas de cooperação, seja através da religiosidade, ou em prol de soluções ambientais e sociais.

Dentre as categorias de análises que orientam as reflexões expressas neste texto incorporamos o termo “populações tradicionais” por entendermos ser bastante apropriado para se compreender a sociedade amazônica. É antes de tudo uma categoria de classificação freqüentemente utilizada para definir pequenos produtores rurais de ocupação histórica e distinguir habitantes tradicionais dos imigrantes. Mas, também, um termo que tem sido usado no sentido de auto-nomeação e demarcação de identidade territorial, entendida aqui no sentido de espaço construído e representado como referência identitária.

Na região amazônica a noção de populações tradicionais remete também a uma categoria relacional explicitando situações específicas decorrentes de uma dada condição de uso e ocupação do território (terra firme, ilhas, várzeas, floresta etc.). Alguns fatores se destacam como importantes no entendimento da noção de populações tradicionais: atividades produtivas tradicionais e modos de vida ancorado na poliprodução.

Assim, dentre os diversos atores sociais do mundo amazônico, destacamos neste trabalho, as populações tradicionais que, conforme expõe Lobato (1999), são aquelas que praticam atividades do extrativismo, da agricultura, trabalhos artesanais, e que possuem fortes vinculações (simbólico-cultural) com a terra e que não sofreram grandes alterações no seu modo de organização social após o avanço da modernidade, além de outros aspectos como procedência dos direitos territoriais das populações indígenas e quilombolas.

Do ponto de vista ambientalista podemos considerar como “populações tradicionais” aquelas comunidades que moram em áreas de florestas ou às margens de rios e/ou igarapés, utilizam recursos da natureza para viver e, ao mesmo tempo, contribuem para conservar o meio ambiente, culturas, tradições e

valores que são transmitidos de geração a geração por via oral e que, historicamente, tem garantido a memória desses modos de vida.

O uso do termo “populações tradicionais” não está, neste trabalho, associado à idéia de “populações atrasadas”, “modo de vida rudimentar”, mas a de grupos sociais que dispõem de experiências, de vivências próprias, ou seja, detêm saberes por meio dos quais significam as relações que estabelecem com o rio e a floresta e dão sentido às suas práticas socioambientais.

No contexto das populações tradicionais, o ribeirinho amazônico é uma categoria que está incorporada neste trabalho, no que se refere às atividades no modo de produção e no modo de vida. De modo geral, descende de índios portugueses e, em menor grau, pode apresentar parentesco com os africanos, exerce diversas atividades como coletor, pescador, horticultor, mas, principalmente, o extrativismo e a agricultura de subsistência na Amazônia (BEGOSI, 2001).

No caso dos ribeirinhos sujeitos da pesquisa, por estarem localizados às margens de rios e igarapés, suas práticas socioambientais estão mediadas por esses recursos e, na maioria das vezes, associadas à preservação ambiental.

Nos últimos cinquenta anos, as políticas públicas para a Amazônia e a inserção de outros agentes econômicos têm contribuído para o aviltamento e desestruturação do modo produtivo, para desagregação cultural e perda de identidade cultural de grupos sociais tradicionais (MAUÉS, 1999). Ações desses agentes na região têm repercutido na apropriação de grandes áreas territoriais, na degradação e poluição ambiental. Isto tem alterado a relação entre terra e vida social, que por sua vez, modifica o modo de vida de população tradicional na Amazônia. De acordo com Diegues (2001), tem ocorrido a expulsão destas populações com a expansão da grande propriedade privada, da propriedade pública (Unidades de Conservação) e dos grandes projetos.

Entretanto, as populações tradi-

cionais mantêm um equilíbrio entre suas necessidades básicas e os recursos ambientais. “Há saberes e formas de manejos fundamentais na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade” (CASTRO, 2000, p. 168). A organização social das populações tradicionais tem proporcionado a perpetuação e a reprodução do grupo social, haja vista que as técnicas desenvolvidas por esses povos ajudam na adaptação a um meio ecológico de alta complexidade (Ibidem.).

Porém, no contexto atual, o acesso às novas tecnologias, como por exemplo, a biotecnologia, tem se tornado um obstáculo para as populações tradicionais, gerando um novo conflito, pois, de um lado, há os grandes agentes econômicos interessados nos recursos naturais e territoriais; e, de outro, os povos tradicionais que têm direitos sobre seus recursos naturais e que necessitam ser incluídos nos avanços da ciência que atingem o rural, o campo. Há o confronto entre o saber científico do poder hegemônico e o saber tradicional. Este, a sociedade organizada tem lutado para conservar e garantir seus direitos sobre territórios.

As idéias de Foucault (1991 apud LEFF, 2001, p.157), ajudam a entender a categoria *saber*, considerada como o processo pelo qual o sujeito se encontra modificado pelo que conhece, ou melhor, pelo trabalho realizado para conhecer. É o que permite a modificação do sujeito e a construção do objeto. Enquanto que *conhecimento* é o processo que permite a multiplicação dos objetos cognoscíveis, o desenvolvimento de sua inteligibilidade, a compreensão de sua racionalidade, enquanto o sujeito que faz a pesquisa permanece sempre o mesmo. Portanto, o autor diferencia saber de um conhecimento.

Diegues (2000) considera que estão sendo realizados no mundo científico, trabalhos em que os saberes tradicionais desempenham papel fundamental na formulação de políticas públicas conservacionistas, posto que estudar estes conhecimentos possibilita analisar

os processos naturais da atividade humana no ambiente.

Neste trabalho, a análise das questões relacionadas aos diversos saberes, práticas e valores e voltadas para a proteção do ambiente natural e de modos de organização social, busca construir possibilidades de maneiras de integrar o saber tradicional e acadêmico para possíveis resoluções diárias no que se refere às práticas educativas ambientais e sua contribuição para o modo de vida dessas comunidades.

Portanto, trata-se não apenas reconhecer outras formas de saber construído historicamente por grupos sociais locais, mas “de se buscar um intercruzamento ou complementaridade de perspectivas (...) que implicará uma redefinição dos laços sociais, no retorno do sujeito, na valorização da ética e no redimensionamento do imaginário” (CUNHA, 2004, p.113).

Ao incorporar neste trabalho a noção de populações tradicionais interessa entender os saberes que orientam as relações sociais e culturais e interações ambientais predominantes na área de estudo. Ou seja, como ocorre, em termos de sociabilidade, a manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais.

Ambiente e lógica cultural

No contexto deste trabalho ambiente é considerado como uma categoria socialmente construída a partir de esquemas culturais associados às percepções de natureza, de ser humano e às possibilidades de apropriação e uso dos recursos territorializados e/ou de uso comum. Portanto, não redutível à dimensão físico-biótica.

Na relação com a natureza grupos sociais locais incorporam múltiplas formas e objetivos de convivência social, condicionados historicamente. Eles evocam o “campo ambiental” de formas distintas. Diferentes são os significados dados a ambiente e os modos sociais de apropriação e uso que fazem da base material. O seu significado muda no tempo e no espaço, de

acordo com os valores, objetivos e configurações históricas de uma dada sociedade, grupos ou classes sociais.

Inscrito no contexto das dinâmicas socioculturais, formulações, pressupostos e sentidos do campo ambiental são construídos segundo necessidades, interesses e objetivos de grupos sociais, ou seja, estão associados com as relações que eles mantêm entre si e com a natureza.

A opção metodológica, neste estudo, de tratar o campo ambiental articulado com a dimensão simbólica decorre do entendimento de que é impossível negligenciar a mediação cultural de qualquer construção teórico-prática, conforme nos ensina Sahlins (1979), quando considera que toda ação humana é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além de simples lógica utilitária.

Trata-se, na realidade, das diferentes formas por meio das quais as comunidades ribeirinhas, na sua relação com a natureza significam o mundo material e desenvolvem suas estratégias econômicas, políticas e simbólicas para apropriá-lo.

Dessa forma, a cultura configura-se como elemento importante para compreensão dos fatos sociais, distinguir a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos como fenômenos únicos. O mundo ribeirinho é simbolicamente constituído e a sua singularidade está exatamente na cultura em sua expressão pluralista. O simbólico assume uma função mediadora nas diversas práticas que utilizam para de apreensão do real.

A dimensão cultural configura o sentido do estar do homem no mundo, e se constitui como importante elemento para a compreensão dos processos sociais. A sua unidade é constituída pelo significado. É por meio da cultura que as experiências são significadas. A significação é uma qualidade simbólica. Sahlins (1979, 227) argumenta que a lógica material não está separada do interesse prático e que o interesse prático do indivíduo, na produção, é simbolicamente instaurado. Assim, tanto as finalidades

como as modalidades de produção são estabelecidas em função de necessidades culturalmente instauradas.

Nessa perspectiva, ambiente ribeirinho é construído por uma ordem cultural, que não é meramente a expressão da natureza sob outra forma. Ao contrário, a ação da natureza se desdobra nos termos da cultura, isto é, sob uma forma que não é mais a sua própria, mas sim incorporada como significado. E o fato natural assume, portanto, uma nova forma de existência, desta feita como fato simbólico.

Nesse contexto em que novas temáticas são incorporadas nas práticas culturais desses atores sociais, as práticas educativas começam a ser constituídas como um saber no campo ambiental, constituindo-se num espaço heterogêneo de prática e sentido, e passam a orientar práticas sociais que se materializam numa esfera social instável, contraditória e multifacetada.

Do ponto de vista epistemológico a categoria *práticas educativas ambientais* assume um significado para além da educação formal, incorpora práticas cotidianas e formação de valores no campo ambiental. Numa perspectiva ampla configura-se como uma dimensão da “educação para sociedades sustentáveis” e está relacionada com a constituição de um campo da educação ambiental, por entender que “a educação ambiental não deixa de integrar um mesmo processo educativo, ou seja, possui os mesmos princípios, objetivos e bases conceituais com se preocupa uma educação comprometida com a sustentabilidade” (TRISTÃO, 2004, 65).

Nessa perspectiva, as questões ambientais em suas condições objetivas no cotidiano deixam de ser uma preocupação específica e localizada e passam ser acionadas pelas diferentes comunidades locais, que inscrevem suas propostas de atividades ou de orientações educativas nas formas de apropriação e uso dos ecossistemas envolventes para garantirem sua reprodução material e cultural.

Modo de vida ribeirinha

O modo de vida das comunidades está diretamente imbricado com a natureza, são dependentes do acesso aos recursos naturais. A relação que estabelecem com a paisagem, considerada neste trabalho, como resultante dos processos interativos natural e cultural, e não na perspectiva estética, é como suporte de reprodução material e simbólica. Na realidade local, o conceito de paisagem não aparece nas narrativas e falas das comunidades. Elas representam suas práticas produtivas e relações sociais a partir da idéia de lugar, enquanto a porção do território apropriada para o exercício da vida cotidiana.

Sob o olhar acadêmico, a paisagem construída representa o espaço de vivência cuja delimitação na representação local não é feita rigorosamente, uma árvore, um igarapé pode funcionar como a linha demarcatória dos lugares. O que significa que essas comunidades não se fecham em seus territórios.

Neste caso, a dimensão simbólica do ambiente é acionada por meio de vários elementos por meio dos quais elas constroem as linhas demarcatórias de seus lugares. Isso significa que os elementos naturais são ressignificados nos termos da cultura local, isto é, são incorporados sob uma forma que não é mais a sua própria, mas dotados de significados. O fato natural assume, portanto, uma nova forma de existência, desta feita como fato simbólico.

A dimensão ecológica desse (con)viver, está para além da sobrevivência material, incorpora as relações humanas e com a natureza, está pautada por princípios éticos e relações compartilhadas. Os elementos da natureza estão inseridos nas suas práticas sociais. Para chegar à escola, ir para as celebrações, jogar futebol ou para a sede do município o rio e a floresta são os espaços por meio dos quais fazem seus deslocamentos.

O que reforça o pensamento de Sahlins (1979, p.227), para quem a dimensão material não está separada do interesse prático e que o interesse prático

co do indivíduo é simbolicamente instaurado. Assim, os recursos naturais são incorporados não só nas modalidades de produção, mas, também em função de necessidades culturalmente instauradas.

Os deslocamentos são organizados seguindo o fluxo das marés, os atalhos na mata, as “trilhas” sombreadas. Essa relação não se faz de forma alheia ou indiferenciada. De repente, eles são, ao mesmo tempo, domesticados e domesticadores da natureza.

Atividades Extrativistas: formas de organização e mobilização social

A experiência extrativista nas comunidades ribeirinhas possui um significado que precisa ser observado mais amplamente, isto é, para além do viés puramente econômico, pois suas marcas encontram-se não somente nas atividades produtivas fortemente vinculadas ao meio físico, como também nos modos de vida expressos na habilidade em viver em meio a rios e florestas e aos saberes que foram construídos na trajetória dessa vivência.

O contraponto da experiência extrativista é o surgimento da prática da agricultura fixa de subsistência, em que o agricultor se estabelece em uma área própria, cuja produção está voltada para o abastecimento das populações locais, bem como para o abastecimento das populações urbanas das cidades – São Domingos, principalmente. A prática agrícola fixa desenvolvida pelas comunidades locais está vinculada diretamente à exploração da monocultura específica da mandioca, em “terra firme”.

O entrelaçamento dessas duas experiências - a extrativista e a agricultura fixa de subsistência -, tem norteado as maneiras e formas em que se configura a organização social tradicional entre as populações dessa região que podem ser classificadas de forma genérica por “povos da floresta”, “ribeirinhos” ou “caboclos”, esta última, assumindo significados diversos ao longo do tempo, mas todas, sem dúvida, marcadas pela cultura extrativista, em especial na região de

Tauari, onde a cidade de São Domingos do Capim é a maior referência econômica, além de estar próxima de Castanhal e de Belém.

A organização social das comunidades estudadas se formou no entorno da economia do extrativismo em geral (castanha-do-pará, açaí, cacau nativo), da produção familiar da mandioca e da farinha e da pesca (atividade produtiva permanente, de subsistência a princípio).

Esta estrutura associativista, ainda predomina como organização coletiva para o trabalho, pautada por formas tradicionais de relações e reprodução social com apoio e participação nos mutirões, organização das festas religiosas, conserto ou construção de infra-estrutura como pequenas pontes, limpeza de áreas na mata para fazer o "campo" de futebol. Em geral, apenas as roças são administradas diretamente pelas famílias.

Beira e Centro: demarcando diferenças

A localização geográfica das comunidades estabelece uma fronteira nos modos de vida local. No espaço rural dessas comunidades, existem grupos de famílias que moram no "centro" e outros que moram à beira do rio Capim. Os primeiros grupos queixam-se das dificuldades de acesso que enfrentam para chegarem até a beira do rio, de onde é possível fazer o escoamento da sua produção, pegar o barco da linha e realizar a pesca como complementar à atividade produtiva de subsistência. Alguns moram distante até oito horas, o que torna difícil o escoamento de sua produção, muitos ficam à mercê dos atravessadores, que usando motos "varam" pelos ramais e impõem seus preços para a farinha ou para o açaí.

Sem contar com qualquer tipo de apoio oficial, essas dificuldades acentuam-se no período chuvoso, refletindo ainda mais na precarização das condições de trabalho e de escoamento da produção.

Os grupos que moram à beira do rio, ao contrário, a relação direta com o rio e com a água lhes dá algumas vanta-

gens. A localização além de facilitar o processo de comunicação e de acesso, assegura algumas vantagens em termos do escoamento dos seus produtos. Mesmo aqueles que não dispõem de transporte próprio, dependem, portanto, do "barco da linha", ainda assim, têm algumas vantagens na hora de comercializar a sua produção. Tem a alternativa de levar para a sede do município e vender diretamente para o consumidor, ou mesmo para o atravessador, mas sem estar totalmente submetidos a uma única oferta.

Esses grupos dispõem diretamente do rio, para o consumo doméstico da água, para o banho ou outras formas de lazer, como, por exemplo, jogar bola na "praia" quando a maré está seca, para realizar atividades de pesca utilizando rede ou os cacuris (cerca permanente às margens do rio), para fazerem seus deslocamentos e, acabam tendo uma comunicação mais freqüente e mais próxima com o espaço urbano.

Esse privilégio e/ou facilidade de acesso ao espaço urbano da sede do município ou até a cidade de Belém, com a mediação do rio Capim, tem uma face contraditória, pois nem sempre contribui para a melhoria das condições de vida local e/ou fortalecimento do modo de vida rural. No caso das comunidades que participam deste estudo, foram observadas algumas situações, que tem contribuído para um emergente processo de desorganização sociocultural local. Muitas dessas situações foram trabalhadas com elas nas reuniões.

A perda de tradicionais hábitos alimentares. O consumo de peixe, de pequenos animais criados nos quintais como porco, galinha, pato vem sendo substituído pelos enlatados. Observamos com certa freqüência, que as pessoas das comunidades do Livramento, quando vão para a sede do município vender seus produtos, em geral, a farinha e/ou açaí, com a renda compram outros produtos. Isso é um processo histórico na Amazônia, mas o que chamou a atenção foi o grande consumo de charque (carne seca), de enlatados (como a carne de conserva, a sardinha, a salsicha), de pei-

xe seco (cujo estado de conservação é discutível). Mas, também são compradas desde a pimentinha e outras ervas de tempero, até a couve, a abóbora, ou o maxixe.

Os debates acerca desses “novos” hábitos, justificados localmente pela escassez do pescado, foram marcados pela indicação do potencial de recursos naturais que as comunidades dispõem para fazer hortas, canteiros de ervas e temperos, criar pequenos animais, incorporar mais frutas em suas dietas alimentares. Brincando, dizíamos que eles estavam vendendo saúde e comprando doenças.

Nas discussões com os participantes das reuniões, a equipe da pesquisa tinha a preocupação de levar material ilustrativo ou mesmo usando o recurso do notebook, para mostrar experiências exitosas empreendidas por determinados grupos sociais; o comprometimento da saúde decorrente do consumo excessivo de conservas e de carnes prensadas, como o charque. A importância dos alimentos produzidos sem agrotóxicos e, principalmente, a disponibilidade e possibilidades que existem nas comunidades para a incorporação de outras práticas no modo de vida local.

As famílias que moram no centro, ao informarem que muito pouco consomem peixe, a equipe mostrou que a criação de pequenas aves como a galinha e o pato, assim como, o cultivo de leguminosas e/ou aproveitamento do milho verde, da macaxeira, da banana verde cozida poderia ser uma alternativa alimentar em substituição ao consumo do charque e da conserva. A questão da incorporação das frutas locais, como a manga, o caju, a banana, na dieta, principalmente, das crianças.

Ainda que grandes conhecedores da natureza, de seus recursos e detentoras de saberes, com forte relação com a terra e com o rio, foi observado que as famílias tanto do centro como da beira são tradicionais, no sentido de manter, em relação aos seus hábitos alimentares. Percebeu-se que não há uma preocupação de produzir determinados produtos para o consumo, mas para a comercialização. A exceção do açaí e da farinha

de mandioca que são incorporados diariamente no cardápio alimentar. E, paradoxalmente, com o dinheiro que arrecadam comprem outros alimentos que não produzem, mas que nem sempre é mais saudável que aqueles produzidos por eles mesmos.

Essa foi uma questão bastante discutida em todas as reuniões realizadas com as comunidades. Demonstrou-se que se houver uma preocupação de produzir “coisas” que comprem para consumir, como as ervas de tempero, a pimentinha, as verduras e legumes, eles também estão gerando uma renda de forma indireta.

Considerações finais

Os contatos com as comunidades possibilitaram à equipe da pesquisa ter uma percepção mais ampla da organização socioambiental-econômica e cultural, isto é, como elas se reproduzem material e culturalmente nos seus espaços.

Na comunidade estudada, e seus respectivos núcleos, os ambientes não são homogêneos, construídos socialmente, eles indicam diferentes formas de relação e práticas sociais e culturais. Os traços comuns que as caracterizam configuram-se na precariedade dos serviços básicos, a falta e/ou precariedade de infra-estrutura dos contextos sociais estudados interfere nas suas condições de produção e qualidade de vida.

Constatou-se um relacionamento de cooperação que ultrapassa a fronteira da religiosidade e já se faz presente nas práticas de produção, nos mutirões em prol de áreas ecologicamente frágeis, foi mais fácil trabalhar a questão da educação ambiental.

Os espaços de produção, além da lógica das práticas, incorporam dimensões simbólicas. As roças, o processo de produção de farinha, se configuram também com espaços onde são trabalhadas formas de organização social e a sociabilidade, ou seja, como espaços de representações simbólicas.

As tradições, valores e conhecimentos são formas de saberes culturais que

dinamizam os modos de vida locais. A dimensão cultural assume não somente um sentido simbólico de representações e significados de coisas, mas todo um conjunto de práticas, materiais e discursivas que orientam a construção dos espaços e a base econômica. Portanto, a cultura configura-se como um dos eixos que orienta as formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Enquanto tal carrega em si potencial de construção/reconstrução das práticas, processos e saberes das comunidades tradicionais.

Nessas comunidades entrelaçam-se múltiplos saberes que orientam suas práticas sociais e seus processos de trabalho, demarcando a diversidade e a multiculturalidade amazônica. Os espaços de trabalho estão vinculados à produção simbólica. A terra é compreendida não só como espaço de trabalho, mas de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária e de educação.

As representações da mata estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, constroem, ampliam ou reconstroem saberes que tem garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

Dessa forma, trabalhar com essas comunidades é atualizar-se frente aos processos e dinâmicas das realidades rurais-ribeirinhas.

Referências

- BEGOSSI, A. Resilência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil) In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, C. A. (Orgs). *Espaço e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPUAB, USP, 2001. p. 205-238.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CASTRO, E. Território, Biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C.(Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec; NUPAU/USP, 2000. p. 165-182.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Comunidades rurais-ribeirinhas: demarcando traços, tecendo identidades. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de Oliveira.(Org). *Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais e cotidianas de alfabetizando amazônidas*. Belém-PA: CCSE-UEPA. 2004.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. DIEGUES, A. C; MOREIRA, C. A. (Orgs). *Espaço e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPUAB, USP, 2001. p. 97-124.
- D'ÍNCIO, Maria A. Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p.389-402.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998, p. 196-214.
- MAUÉS, R. Heraldo; MAJES, M. Angélica Motta. Pesca e Agricultura: a integração de uma comunidade rural ao mundo da produção capitalista. In MAUÉS, R. Heraldo. *Uma outra 'invenção' da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup, 1999, p. 99-115.
- MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais: o olhar interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

REVISTA ROTASORT ADVENTURE. *Cachoeira do Ó em São Domingos do Capim*. Belém, ano 1, nº5, 2001.

REIS, Luana C. dos. Modos de vida de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário amazônico: um estudo geográfico no rio Sapucajuba, no interior do município de Abaetetuba/PA. Trabalho de Conclusão de Curso. Abaetetuba: UFPA, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: *Informações educacionais*. São Domingos do Capim, 2003.

SILVA, Maria das Graças da. *Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um grande projeto de investimento: o caso da UHE Tucuruí/PA*. 2002. 184 f. Tese (Doutoramento em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Maria das Graças da; CABRAL, Maria da Conceição R. Educação Ambiental: abordagens teórico-conceitual e perspectivas práticas. *Série Cadernos de Alfabetização Científica/Projeto Alfaciência*. v 1, Belém: MPEG, 2004.

SILVA, Maria das Graças da; TAVARES, Maria Goretti da C. *Educação ambiental: processo de inclusão de saberes diversos para o manejo dos recursos naturais*. Relatório de Pesquisa aprovado pelo CNPq., Abril de 2006.

SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Trad. Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap. I e II.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

_____. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: ICS/UL, 2002.

TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988, p.124-129.

TRISTÃO, Martha. *Educação ambiental na formação de professores: rede de saberes*. São Paulo: Annablume; Vitória: Facit, 2004.

Maria das Graças da Silva

Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ, 2002), Professora Adjunta da UEPA, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UEPA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Meio Ambiente, Diretório CNPq. E-mail: mariagg@amazon.com.br

Recebido em 30/09/2006

Aceito para publicação em 30/12/2006

